

Senado
acompanha
apuração de
assassinato

Comissão de
oito senadores
vai acompanhar
investigações sobre
a morte de
Dorothy Stang.

Página 7

**Violência
em Goiânia
repercute no
Plenário**

Maguito Vilela
cobra apuração de
responsabilidades,
enquanto Almeida
Lima defende
governo do estado.

Página 7

Comissões
elegem
direção na
terça-feira

Presidentes
das comissões
permanentes do
Senado serão eleitos
e empossados na
próxima terça-feira.

Página 2

**Mozarildo:
viagem de
Lula integra
sul-americanos**

Líder do PTB elogia
visita do presidente da
República à Venezuela,
Suriname e Guiana,
países do norte da
América do Sul.

Página 8

Líderes definem reforma política como prioridade

Lideranças e direção das duas Casas do Congresso vão se reunir na terça-feira para estabelecer calendário de votações, segundo anuncia o presidente do Senado

Páginas 2, 3 e 5



June Araújo

Depois de realizar ontem a primeira reunião com o colégio de líderes, o senador Renan Calheiros defendeu a aprovação imediata dos pontos que forem consensuais. Em Plenário, senadores insistiram na necessidade da reforma política e discutiram causas e conseqüências do resultado da eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados.

CONSENSO Renan (C) preside reunião com líderes do governo e da oposição no Senado

Aldo prevê união em torno da agenda do Congresso

Página 3

PFL deve fechar questão contra aumento de imposto

O líder do PFL, senador José Agripino, disse que o partido deverá fechar questão na votação de dez emendas que alteram a Medida Provisória 232, que elevou a carga tributária de produtores rurais e de prestadoras de serviço, além de fixar a correção da tabela do Imposto de Renda. "Quem não seguir essa posição será convidado a se desfiliar do partido", advertiu o senador.



José Cruz

VEEMÊNCIA Ao lado de Jorge Bornhausen, o líder José Agripino lembra que o PFL já ingressou no Supremo com ação de inconstitucionalidade contra a medida provisória

Página 4



ESCOLHAS Antonio Carlos Magalhães foi indicado pelo PFL para a presidência da CCJ. Patrícia Saboya preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Cristovam Buarque assume a CRE

Membros das comissões assumem na terça-feira

Renan Calheiros solicitou aos líderes partidários que indiquem os novos integrantes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para a próxima terça-feira a eleição e a posse dos presidentes e membros das comissões permanentes da Casa. Renan pediu formalmente, em Plenário, aos líderes partidários, que indiquem os nomes dos senadores que comporão as comissões. Uma delas, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ainda não foi criada. O projeto de resolução que a institui está para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e, logo que for instituída e instalada, será presidida pelo senador

Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Há um outro projeto de resolução, apresentado ontem pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que acrescenta Turismo à Comissão de Desenvolvimento Regional, criada no segundo semestre de 2004, e que será presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A nova comissão passaria, então, a ser denominada Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

São as seguintes as comissões permanentes e os senadores indicados pelos partidos para presidi-las.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Comissão de Assuntos Econômicos – senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Comissão de Assuntos Sociais – senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Comissão de Educação – senador Hélio Costa (PMDB-MG).

Comissão de Fiscalização, Controle, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor – senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – senador Cristovam Buarque (PT-DF).

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Comissão de Desenvolvimento Regional – senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Há ainda cargos a serem preenchidos, como o da Corregedoria da Casa, que será ocupado pelo PFL, e a presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que caberá ao PMDB.

Líderes definem prioridade para reformas política e partidária

Após a reunião ontem entre os líderes dos partidos e o presidente do Senado, Renan Calheiros, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que a prioridade na pauta do Senado este ano são as reformas política e partidária. Na próxima terça-feira haverá um encontro dos líderes do Senado com as lideranças da Câmara dos Deputados para tratar do assunto, informou o parlamentar.

O senador por São Paulo observou ainda que o Congresso deverá retomar em 2005 a discussão da reforma tributária e garantir a conclusão da reforma do Judiciário, cuja legislação infraconstitucional tem que ser definida no prazo de 180 dias contados da promulgação, ocorrida no fim do ano passado. Líder do governo no Senado, Mercadante afirmou também que deverão ser abordadas possíveis modificações no rito de tramitação das medidas provisórias e no processo orçamentário.

– Queremos modificar toda a forma de tramitação do Orçamento da União no Congresso Nacional, mudar o rito e rediscutir o papel das medidas provisórias – disse ele.

O senador informou ainda que houve acordo para nomeações da presidência, vice e composição das comissões permanentes. Mercadante acredita que na próxima terça-feira todas as comissões da Casa estarão instaladas. Segundo o líder do governo, “haverá uma mudança de ênfase nos temas das comissões”. Deverão receber destaque neste ano assuntos como direitos humanos, meio ambiente, defesa do consumidor, agricultura, reforma agrária e de-

envolvimento regional.

Mercadante entende que a Medida Provisória 232/04, que altera a legislação tributária, “com certeza será alvo de negociação”, mas que o reajuste de 10% nos valores das alíquotas não pode ser modificado para poderem ter validade ainda este ano.

– Quanto aos demais itens referentes à MP, o governo está aberto à negociação – ressaltou.

Sobre a apuração da responsabilidade do assassinato da missionária irmã Dorothy Stang, ocorrido semana passada no Pará por conta de conflitos de terra na região, Aloizio Mercadante informou que o Senado está criando

Segundo Mercadante, serão discutidas mudanças no rito das MPs

uma comissão temporária para acompanhar as primeiras apurações e sugerir medidas ao governo federal. Senadores estão visitando o local do crime e acompanhando o início das investigações.

– Vamos encontrar e punir os culpados exemplarmente. O governo tomou medidas para regulamentar a atuação das madeiras e aconteceu essa violência que atingiu todos os que têm compromisso com a preservação da ética, da paz e do meio ambiente – ressaltou o parlamentar.

Câmara

Sobre a surpresa na eleição da Mesa da Câmara dos Deputados, em que o candidato do PT foi derrotado, Mercadante afirmou que o governo deve “identificar o que ocorreu para que não se repita”. O senador disse ter certeza de que “toda a equipe do governo vai se mobilizar para dar esse salto de qualidade no relacionamento com os parlamentares”.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Sessão destinada a pronunciamentos

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, o encontro se destina aos discursos dos parlamentares e aos avisos das lideranças partidárias e da Mesa Diretora. A pauta do Plenário para a próxima semana ainda não foi divulgada pela Presidência da Casa. Amanhã, às 9h, os senadores participam de sessão não deliberativa.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Calendário da reforma política sai no dia 22

■ Reunião de líderes das duas Casas deve definir, segundo Renan, o que pode ser aprovado já

Após realizar ontem a primeira reunião com o colégio de líderes, o novo presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a realização na próxima terça-feira, dia 22, de reunião ampla com todas as lideranças nas duas Casas do Congresso, o presidente da Câmara e os presidentes dos partidos. A intenção, anunciou, é determinar o calendário de votações da reforma política.

Renan Calheiros acredita que somente a partir desse encontro será possível começar “verdadeiramente a reforma política”.

– Vamos construir uma convergência, definir os passos necessários e montar um calendário – afirmou. O senador propõe a aprovação imediata do que for consensual e o estabelecimento de um calendário de votações para apreciar pontos polêmicos. Só então seriam tomadas decisões que precisam de mais tempo para ser implantadas.

As mudanças, conforme o senador, são urgentes.

– Não podemos continuar assim, precisamos jogar no lixo essa caixa-preta e criar regras



Jane Araújo

DECISÃO Renan se reuniu ontem pela primeira vez com as lideranças partidárias, que marcaram para terça-feira a eleição dos presidentes das comissões

transparentes e verdadeiras – ressaltou.

A mesma fórmula usada para se conseguir consenso em torno da reforma política seria repetida na terça-feira seguinte (1º de março) com a realização de mais um encontro de trabalho, dessa vez sobre orçamento e reforma tributária.

Renan considerou a primeira reunião do colégio de líderes

“muito produtiva”.

Comissões

Ficou decidido que as bancadas designarão ainda hoje os membros para as comissões permanentes, de forma que na terça-feira (22) pela manhã sejam realizadas as sessões de instalação, e, à tarde, a eleição dos presidentes e vice-presidentes dos colegiados. Também nesse mesmo dia ocorrerá

a primeira sessão deliberativa do Plenário do Senado.

MP 232/04

O presidente do Senado comprometeu-se a trabalhar no sentido de mediar questões polêmicas – como a MP 232/04, que altera a legislação tributária – para evitar que agricultores e prestadores de serviços sejam prejudicados, embora esteja consciente de que “a solução

a ser adotada deve preservar o equilíbrio fiscal”. O senador ressaltou também que vai se empenhar na busca de solução para a votação da PEC paralela da reforma da Previdência – já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara – e da reforma tributária. A oposição ameaça obstruir a pauta se as duas matérias não forem colocadas em votação.

Aldo Rebelo quer Executivo e Legislativo juntos

O ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, disse ontem que Executivo e Legislativo estarão unidos em torno da agenda política do Congresso. Segundo afirmou, a eleição do deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) para a Presidência da Câmara não representará problemas para a aprovação de projetos de interesse do governo.

Aldo Rebelo fez visitas de cortesia a Severino Cavalcanti e ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele qualificou os encontros como o início de um “trabalho de cooperação em torno de uma agenda de interesse do país”. Conforme o ministro, os presidentes das duas Casas do Congresso se mostraram dispostos a “enfrentar os desafios para que o país



Genaldo Magalhães

MUDANÇAS Aldo Rebelo anunciou que governo deve negociar com o Congresso a MP 232

se mantenha no caminho das mudanças”.

O ministro admitiu a necessidade de aperfeiçoamento das relações entre Executivo e Legislativo. E salientou ter boas expectativas quanto à condução da Câmara por Severino Cavalcanti, que não era o candidato do Palácio do Planalto.

Aldo Rebelo também observou que o governo negociará com o Congresso a MP 232/04.

Senadores querem mudar regras eleitorais

A inesperada derrota do candidato Luiz Eduardo Greenhalgh, indicado pela bancada do PT para a presidência da Câmara dos Deputados, agendou com força no Senado Federal o tema da reforma política. Desde segunda-feira, quando foi aberta a 3ª sessão legislativa da 52ª Legislatura do Congresso Nacional, vários senadores ocuparam a tribuna para defender mudanças nas regras eleitorais, objetivando sobretudo o fortalecimento dos partidos políticos.

Em seu discurso de despedida da Presidência do Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou que a reforma política é a mais necessária de todas as que terão de ser votadas pelo Parlamento. Na mesma linha de raciocínio, o novo

presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), garantiu que dará ao assunto “prioridade absoluta”. Ele pretende realizar na próxima terça-feira ampla reunião para discutir as propostas que tramitam no Congresso, com a participação do presidente da Câmara, dos líderes e também dos presidentes de partidos com representação no Congresso Nacional.

Projeto único

O Senado, como explicitou ontem o senador José Jorge (PFL-PE) em Plenário, já aprovou vários pontos da reforma política, e os projetos seguiram para avaliação da Câmara dos Deputados. Lá, as propostas isoladas foram consolidadas em um único projeto, porém ainda não chegaram ao Plenário.

Entre as sugestões mais

polêmicas, a reforma política prevê o fim das coligações proporcionais, a adoção do financiamento público das campanhas e a instituição das listas fechadas na eleição de deputados, privilegiando as indicações partidárias em convenção. Os líderes dos pequenos e médios partidos querem, por sua vez, o fim do instituto da verticalização, adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proíbe coligações diferentes nos vários níveis da Federação, e a alteração da cláusula de barreira, pela qual o partido só assegurará direitos plenos de acesso a recursos públicos e a programas eleitorais de rádio e televisão gratuitos se obtiver nas eleições, para deputado federal, um mínimo de 5% de votos válidos em todo o país.

José Cruz



COERÊNCIA O líder Agripino adverte: quem votar contra orientação do partido será desfilado

PFL deve fechar questão contra aumento tributário

Partido sugere novos índices para atualização da correção da tabela do Imposto de Renda

O PFL deverá fechar questão na votação de dez emendas que alteram a Medida Provisória 232/04, que elevou a carga tributária das prestadoras de serviço e de produtores rurais, além de fixar a correção da tabela do Imposto de Renda. Ontem, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), deixou claro que essa posição, a ser sacramentada hoje na reunião da executiva do partido, deverá ser obedecida por todos os senadores do partido.

– Quem não seguir essa posição será convidado a se desfiliar do partido – advertiu. O PFL já

ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a MP. Segundo o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o partido está questionando a urgência da medida porque a mudança na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) entra em vigor somente em janeiro de 2006.

As dez emendas protocoladas ontem sugerem novos índices para atualização da correção da tabela do IRPJ. O PFL propõe substituir os atuais 10% previstos na MP por um dos três índices usados pelo governo e pelo mercado, com a variação acumulada nos últimos dois anos: 20,74% pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI); 18,14% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); ou 17,15% do Índice Nacional de Preços

ao Consumidor (INPC).

As outras sete emendas são supressivas e removem o aumento de carga tributária sobre os setores agropecuário e de serviços. Conforme Bornhausen, uma das emendas cancela a ampliação da base de cálculo do IR das prestadoras de serviço prevista na MP 232 para chegar a 40% em 2005. A base de cálculo permaneceria, assim, nos 32%.

Jorge Bornhausen lembrou que em janeiro de 2003 essa base era de 12%, elevada no ano seguinte. O PFL também propõe acabar com a retenção na fonte de 1,5% de IR sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas ou jurídicas produtoras de insumos que geram direito a crédito presumido e de 1% recolhido na fonte por conta da CSLL paga pelas empresas.

Bornhausen: MP 232 pode provocar mais desemprego

Em nome da liderança do PFL no Senado, o senador Jorge Bornhausen (SC) registrou ontem a posição do seu partido contra a Medida Provisória 232/04, que introduz alterações na legislação tributária federal. Na avaliação de Bornhausen, a MP 232/04 castiga mais uma vez os prestadores de serviço ao elevar para 40% a alíquota do Imposto de Renda (IR) do segmento. Ele lembrou que esse setor já havia enfrentado o aumento da base de cálculo do tributo de 12% para 32% entre 2003 e 2004.

– Trata-se de uma injustiça, que leva ao caminho da informalidade e do desemprego

– afirmou.

O PFL também contesta a proposta de retenção na fonte de 1,5% do IR devido por pequenos agricultores, taxados ainda com a retenção na fonte de 1% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) caso contribuam como pessoa jurídica.

Os questionamentos do PFL sobre as mudanças na legislação tributária federal serão debatidos em reunião da Comissão Executiva Nacional do partido, marcada para hoje, quando a legenda pode decidir pelo voto contrário da bancada à MP 232/04.

Além de classificá-la como



José Cruz

PERIGOS Bornhausen observa que medida é "ilógica e irracional" e pode aumentar informalidade

uma medida "ilógica e irracional" do governo federal, o senador Jorge Bornhausen disse esperar que a ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo partido seja apreciada pelo Supremo Tribunal Federal antes da votação da matéria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Pavan diz que Congresso não aprovará reajuste

Ao informar que no último dia 20 participou de ato de protesto organizado por 54 entidades do estado de Santa Catarina contra a Medida Provisória 232/04, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou ontem que a medida não será aprovada pelo Congresso. Para ele, a MP contém "um conjunto de armadilhas" em um texto que, em princípio, deveria servir apenas para corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Segundo Pavan, "a manobra mais visível" é o aumento da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 32% para 40%.

Com essas duas medidas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário apresentados pelo senador, a tributação das prestadoras de serviço vai passar de 5,88% do faturamento no início de 2003 para 9,60% em



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICAS Pavan apresenta dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário para contestar aumento

2006. A carga tributária média das empresas prestadoras de serviço, que era de 20,08% do faturamento no começo do governo Luiz Inácio Lula da Silva, passará para 25,25% em janeiro do próximo ano, completou.

Leonel Pavan criticou também o fato de a MP alterar o Decreto 70.235/72 para impedir recursos ao Conselho de Contribuintes.

Ainda segundo o parlamentar, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil aponta que a medida dispõe que nas vendas de produtos agropecuários que gerem direito ao crédito presumido haverá retenção do Imposto de Renda na fonte.

Medida corrige tabela do imposto para pessoa física

A Medida Provisória 232/04, publicada pelo governo no dia 30 de dezembro de 2004, corrige a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, o que na prática reduz o imposto que é descontado, na fonte, dos trabalhadores assalariados. Assim, fica isento do pagamento do Imposto de Renda quem recebe salários até R\$ 1.164. Quem recebe salários entre R\$ 1.164 e R\$ 2.326, terá alíquota de 15% de IR, ou seja, parcela a deduzir em imposto no valor de R\$ 174,60. Quem ganha acima de R\$ 2.326 terá alíquota de 27%, de acordo com a tabela progressiva mensal.

O contribuinte poderá abater despesas com instrução suas e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 2.198. Mas a grande polêmica em torno da MP 232 é o aumento do Imposto de Renda de 1% para 1,5%, de produtores rurais (vendas de produtos e comércio de insumos agrícolas) e de prestadores de serviço de limpeza, conservação, segurança, vigilância e locação de mão-de-obra, manutenção de bens móveis e imóveis, transportes, serviços médicos em geral e engenharia civil.

A MP também institui a cobrança de PIS-Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade

Social (Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de prestadores de serviço. Os produtores rurais alegam que terão perdas reais de R\$ 1,48 bilhão por ano, e acusam o governo de usar a MP para compensar um decreto de agosto do ano passado que isentou de tributos a cesta básica – a perda na arrecadação fiscal foi de R\$ 1 bilhão. A MP passa a vigorar no dia 1º de março – sofreu um adiamento de 30 dias, pois o texto original marcava a data de 1º de fevereiro.

A bancada do PSDB no Senado, por meio do líder Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem 11 emendas à MP 232. Hoje, Arthur Virgílio e o líder do PFL, senador José Agripino (RN), terão reunião com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, para tratar do tema.

Entre as emendas apresentadas pelo PSDB está a supressão do artigo 11, que aumenta o Imposto de Renda e a CSLL das prestadoras de serviço. O partido propõe também a eliminação do artigo 6º, que institui imposto de renda para pequenos agricultores e estabelece outras tributações, o que causaria ônus de R\$ 500 milhões aos pequenos agricultores do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Sérgio Guerra: ações autoritárias do governo provocam a desordem

Ao analisar a eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) para presidente da Câmara dos Deputados, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o episódio reflete uma tentativa do governo de desestabilizar os partidos, a despeito da “campanha coerente” feita pelo deputado vencedor. Conforme

o parlamentar pernambucano, as ações autoritárias do governo levaram à desagregação partidária e de conceitos políticos, provocando a desordem.

– O governo deve mudar sua orientação e garantir a coexistência de tendências discordantes – afirmou.

Sérgio Guerra chamou a

atenção para a inabilidade do governo em lidar com suas divisões internas. Sem controle sobre a bancada do seu principal partido de apoio, o governo tentou por vários meios obter votos para Greenhalgh junto a outras bancadas.

Filiações de última hora e a “manipulação” de verbas do

Orçamento foram alguns dos métodos usados pelo governo para obter a vitória de seu candidato, conforme Sérgio Guerra. Para ele, o PMDB foi vítima de uma estratégia coordenada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho.



MÉTODOS Sérgio Guerra diz que PMDB foi vítima de estratégia coordenada por Lula e Garotinho



ANÁLISE Jefferson observa que sistema partidário mostrou-se falido com eleição de Severino Cavalcanti

Jefferson vê "desastre" na Câmara

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o Parlamento somente irá superar a falência do sistema partidário brasileiro se o Congresso Nacional conseguir votar este ano a reforma política, para o que pediu o empenho do novo presidente do Senado, Renan Calheiros. Em pronunciamento ontem, o parlamentar afirmou que o sistema partidário mostrou-se falido com a eleição para a Câmara, que considerou “um desastre”.

Jefferson destacou que o desastre não foi a vitória do deputado Severino Cavalcanti, que disse considerar tão apto a presidir a Casa quanto qualquer outro. Para ele, o desastre foi o próprio processo eleitoral, que se assemelhou a “um misto de assembléia estudantil e de um balcão de negócios”.

O senador frisou que a disputa “repercutiu muito mal em todo o país”. Ressaltou que nenhum candidato tinha um programa e a disputa travou-se em nível pessoal, com as lideranças partidárias alijadas de todo o processo.

O parlamentar criticou duramente a direção do PMDB, por ter aceitado o inchaço do partido. Ressaltou também que o PT ficou “rachado ao meio” e que o PFL votou “em um candidato que não era do partido”. Concluiu que até seu partido “contribuiu para o desastre”.

Mercadante defende urgência para reforma político-partidária

Líder do governo examina eleição para Mesa da Câmara e diz que candidatura avulsa é desrespeito

Ao comentar o processo eleitoral para a Mesa da Câmara dos Deputados, o líder do governo no Senado Federal, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu ontem a necessidade urgente de uma reforma político-partidária. Para ele, a vitória de um candidato avulso revela que existe uma crise na representação política e que ela é suprapartidária, fragilizando os partidos e suas lideranças. Nesse sentido, a derrota do candidato do governo não deve



Fotos: Roosevelt Pinheiro

CRISE Mercadante pede o fim das filiações artificiais e o restabelecimento do diálogo

ser comemorada como uma vitória da oposição, afirmou.

Na opinião de Mercadante, a representação política não pode ser um projeto pessoal,

já que ela constitui a imagem de uma nação, e a candidatura avulsa é um desrespeito ao voto do eleitor, pois desrespeita a proporcionalidade. Por isso, completou, a experiência da Câmara aponta para a necessidade do restabelecimento do diálogo e do respeito às bancadas. Além disso, acrescentou, é preciso extinguir as filiações artificiais e construir uma agenda para o processo legislativo que corresponda às expectativas da sociedade.

Em oposição ao que ocorreu na Câmara, Mercadante enfatizou o exemplo do Senado, que aprendeu com a experiência e realizou uma eleição tranqüila, respeitando a proporcionalidade dos partidos.

Ao saudar as lideranças, Mercadante informou que, em reunião na próxima terça-feira (22) com os líderes do Senado e da Câmara, será possível traçar uma agenda de votação para o Congresso. O líder defendeu a complementação das reformas tributária e do Judiciário, e a criação de comissões para tratar da tramitação da proposta orçamentária e da Medida Provisória 232/04, que corrige a tabela do Imposto de Renda e aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos prestadores de serviços.

Aloizio Mercadante disse ainda que o governo está aberto ao diálogo e com disposição para construir uma proposta que viabilize a aprovação da MP 232.



FISIOLOGISMO Virgílio afirma que governo mostrou “uma dose cavalari de incompetência”

Virgílio teme “pelos últimos meses” de Lula

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, afirmou em Plenário temer “pelos últimos meses do governo Lula” depois dos “atos de fisiologismo deslavado” do PT no processo de eleição do novo presidente da Câmara.

– Tentaram transformar a Câmara em motel, alugando deputados por algumas horas.

Foi uma conspiração contra a democracia. Se fizeram isso numa votação para presidente da Câmara, do que não serão capazes para conseguir a reeleição do presidente da República? – questionou.

Para ele, o governo mostrou “uma dose cavalari de incompetência, aliada a uma overdose de arrogância”.

– A impressão que se tem é a de um governo que existe apenas na fábrica de marketing. No mundo real, temo pela nossa moeda se o Brasil voltar a sofrer um ataque especulativo – observou Arthur Virgílio.

O curioso, continuou, é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha declarado, depois da derrota do candidato petista, que o resultado “foi normal” e que Severino Cavalcanti “é um deputado fiel”.

– Se era normal, por que o presidente Lula entrou com seu peso na disputa para beneficiar o candidato do PT? Por que então não apoiou Severino Cavalcanti desde o começo da campanha? – perguntou.



DESACERTOS José Jorge destaca que problemas começaram a surgir desde a posse do atual governo

José Jorge diz que derrota não foi surpresa

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou, em Plenário, que a derrota do governo na eleição da Câmara não pode ser encarada como surpresa nem como o resultado de uma espécie de “madrugada da traição”. Na sua opinião, ela começou a ser construída tão logo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse e foi obrigado a

ampliar a sua base política.

O senador disse que os partidos que elegeram Lula contavam com apenas 25% dos parlamentares na Câmara e por isso tiveram de se aliar a outras siglas. E mesmo dispondo de 35 ministérios, o governo teria reservado os melhores postos para o PT, deixando para os aliados os cargos de menor expressão.

Os desacertos entre os ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Coordenação Política, Aldo Rebelo, também teriam contribuído para a derrota. A eles teria se somado o troca-troca de parlamentares entre as diversas siglas. Em dois dias, pelos cálculos do senador, 150 deputados mudaram de sigla.

Segundo ele, o episódio da Câmara traz para a agenda política novamente o tema da reforma política. Ele lembrou, entretanto, que vários pontos da reforma foram aprovados no Senado e que, ao serem incluídos em um único projeto, na Câmara, acabaram com sua tramitação prejudicada.



DETERMINAÇÃO Pedro Simon exalta esforço do ex-premier Rafik Hariri na reconstrução do Líbano

Simon propõe moção de pesar pela morte de Hariri

O Senado encaminhou voto de pesar pelo assassinato do ex-presidente do Conselho de Ministros da República Parlamentarista do Líbano Rafik Hariri, na segunda-feira. O requerimento foi apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O parlamentar lembrou que,

na década de 90, quando já era um dos homens mais ricos do mundo – dono das principais emissoras árabes de TV e com patrimônio pessoal estimado em US\$ 4 bilhões – Rafik Hariri trocou a vida empresarial pela política.

– Recebeu um país arrasado por várias guerras, mas, dis-

posto a administrá-lo como se fosse sua própria empresa, privatizou o centro de Beirute e reconstruiu a cidade que já foi conhecida como a jóia do Mediterrâneo, por meio de um fundo de investimentos de US\$ 12 bilhões, o Solidère.

Conforme Simon, em 2004, durante visita ao Brasil, o ex-

primeiro-ministro libanês "apostou suas fichas" no país. Projeto que teria sede em São Paulo previa a criação de um fundo semelhante ao Solidère. Hariri teria dito que os dois países têm economias complementares e que o Líbano poderia ser a porta de entrada do Brasil no mundo árabe.

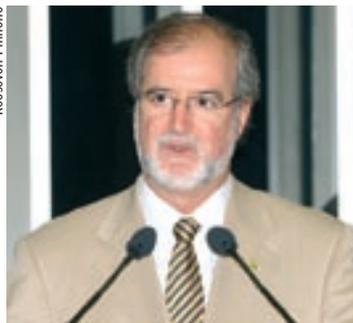
Azeredo cobra recuperação das estradas do país

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou ontem a aplicação dos recursos disponíveis nos cofres federais para a construção e recuperação de rodovias. O parlamentar citou, entre esses recursos, o dinheiro oriundo da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Azeredo lembrou os diversos problemas ocorridos nos últimos meses, como pontes quebradas e estradas em péssimo estado, o que, alertou, tem provocado muitas mortes e prejuízos à economia.

– Pelo terceiro ano consecutivo, o governo federal promete recuperar as rodovias e nada é feito para sairmos do caos. É preciso uma cobrança dura, e vamos cobrar.

Ele também pediu a votação, no Senado, de projeto que dispõe sobre crimes em operações pela Internet.



ALERTA Eduardo Azeredo chama atenção para o grande número de mortes nas rodovias brasileiras

Demostenes critica ações do plano agropecuário

■ Senador afirma que governo pune mais ainda o agronegócio com medida provisória que eleva tributos

O Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005 foi criticado ontem, em discurso no Plenário, pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). Segundo o parlamentar, trata-se do pior plano já elaborado pelo Executivo, que teria punido ainda mais o agronegócio com a edição da Medida Provisória 232/04, que retém na fonte 1,5% do Imposto de Renda devido por



RESTRIÇÃO Demostenes Torres considera modesto o aumento da linha de crédito a juros subsidiados

pequenos agricultores.

– Embora o governo Lula insista em afirmar que a agricultura brasileira habita um

mundo parecido com Shangri-Lá, o setor enfrenta um momento de extrema dificuldade causada pela baixa dos preços agrícolas no mercado internacional, somada ao aumento dos custos de produção, à supervalorização da moeda e ao alto endividamento setorial.

Demostenes Torres considerou modesto o aumento da oferta de crédito agrícola a juros subsidiados. Ele disse que esses recursos cresceram 7,9%, passando de R\$ 16,4 bilhões em 2003 para R\$ 17,7 bilhões em 2005. Já o crédito a juros de mercado teria sofrido, segundo afirmou, um "aumento exponencial".

Valadares aplaude atuação do prefeito Marcelo Déda

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), está fazendo uma "grande mudança" na cidade, com a promoção de programas na área social, principalmente em habitação. Pela sua boa administração, o prefeito teve a maior votação proporcional nas últimas eleições, quando recebeu 72% dos votos, declarou o senador.

Valadares informou que o prefeito vem eliminando as favelas da cidade, inclusive os barracos localizados nos mangues do bairro Coluna do Meio. Conforme destacou, já foram construídas mais de 5 mil casas, numa parceria entre a prefeitura e o governo federal.

– Marcelo Déda acertou e, por isso, ele obteve uma votação tão elevada quando concorreu à reeleição. Ele



MORADIA Antonio Carlos Valadares destaca programa de remoção de favelas na capital de Sergipe

inscreveu seu nome entre os melhores prefeitos do Brasil e é natural que isso esteja provocando ciúmes – disse.



EXEMPLO Para Mão Santa, Renan deve mirar-se, na Presidência do Senado, em Petrônio Portella

Mão Santa elogia gestão de Petrônio

Ao saudar a eleição do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) à Presidência da Casa, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que o novo presidente da Casa não precisa buscar exemplos em outros países para fazer uma gestão modelar. Ex-governador do Piauí, Mão Santa lembrou que o único piauiense que presidiu o Senado foi Petrônio Portella, que exerceu o cargo por duas vezes e honrou o Parlamento por suas atitudes.

Com base no livro *O Senado e seus presidentes*, de autoria do diretor-geral, Agaciel Maia, Mão Santa destacou que, em 1977, quando o governo militar fechou o Congresso, Portella proferiu a célebre frase: "Este é o dia mais triste da minha vida".

– É essa firmeza que queremos passar ao presidente Renan Calheiros.

Paim destaca acordo para votação da PEC Paralela

Paulo Paim (PT-RS) manifestou satisfação com a reunião de líderes realizada ontem, quando foi firmado o compromisso de se votar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que modifica a reforma da Previdência. A proposta, chamada de PEC Paralela, foi aprovada no Senado e aguarda

deliberação da Câmara.

De acordo com Paim, a PEC será votada em segundo turno na Câmara nos próximos dois meses e retornará ao exame dos senadores, devido às alterações feitas pelos deputados. O senador espera que ela seja apreciada no Senado rapidamente, atendendo ao anseio de

"milhões de servidores".

Paim também informou que encontro ocorrido em Aparecida (SP), com 2 mil líderes de aposentados de todo o país, aprovou por unanimidade a realização de uma campanha nacional a favor da aprovação de projeto de lei (PLS 58/03) de sua autoria que permite que

aposentados e pensionistas voltem a receber o equivalente ao mesmo número de salários mínimos da época em que teve início o pagamento do benefício.

Segundo Paim, as perdas dos aposentados e pensionistas chegam a 50%, levando-se em conta a remuneração inicial.



COMPROMISSO Segundo Paulo Paim, proposta será apreciada pelos deputados dentro de dois meses

Maguito lamenta violência contra sem-teto em GO

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lamentou o conflito envolvendo policiais militares e sem-teto no Parque Oeste



Maguito pede a apuração de responsabilidades

Industrial, em Goiânia, que já causou a morte de duas pessoas. Desde a madrugada de terça-feira, os moradores, que ocupam uma área de 1,3 milhão de metros quadrados no local, vêm reagindo a uma

ordem de despejo.

– O saldo da desocupação foi trágico. Até o momento, duas mortes de pobres sem-teto, 30 feridos, quatro em estado gravíssimo, e 800 prisões – lamentou Maguito.

Para o senador, é necessário apurar responsabilidades. Segundo ele, o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, está em Goiânia, onde irá acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

Almeida Lima rebate críticas a governador

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) contestou as críticas do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ao governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), em consequência do conflito entre policiais militares e sem-teto em Goiânia, durante desocupação de terreno. Para Almeida Lima, as críticas são infundadas devido ao trabalho



Almeida Lima elogia trabalho social do governador goiano

social que o governador vem desenvolvendo no estado.

Almeida Lima destacou os programas Cheque-Moradia, que já teria atendido 55 mil famílias de baixa renda, e Morada Nova, que em 2005 deve beneficiar 7,5 mil famílias.

Em apartes, os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiaram o governador Marconi Perillo.

Ana Júlia: assassinato não paralisa projetos no Pará

■ Para a senadora, morte da irmã Dorothy deve acelerar ações em prol do desenvolvimento sustentável

Se o objetivo dos assassinatos da freira norte-americana Dorothy Stang, morta no último sábado no município paraense de Anapu, foi paralisar a implantação dos projetos de desenvolvimento sustentado na região e a homologação pelo governo de reservas extrativistas, o crime terá sido em vão. A avaliação é da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), para quem o governo deverá, com o episódio, acelerar ainda mais as ações públicas no Pará e na Amazônia.

Em discurso no Plenário, Ana Júlia avaliou que o assassinato da religiosa foi praticado por pessoas que vêm tendo seus



Foto: Roosevelt Finheiro

COOPERAÇÃO Ana Júlia lembra que há muitos madeireiros que condenam os atos de violência

interesses contrariados pela ação do governo em favor do desenvolvimento sustentado e que sempre trabalharam na ilegalidade. A senadora, porém, lembrou que muitos madeireiros, mesmo não tendo os títulos definitivos de posse da terra, condenam os atos de violência e é com eles que o governo deveria buscar cooperação.

– Existe um pessoal do bem, com o qual podemos trabalhar. Precisamos separar o joio do trigo – afirmou ela.

Ana Júlia leu trechos de documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, demonstrando que as polícias civil e militar tinham conhecimento do clima de violência no município. E, ainda segundo o documento, os policiais evitavam entrar na área do conflito por falta de autorização de seus comandantes. Para a senadora, essa omissão levou, nos últimos meses, quatro trabalhadores rurais à prisão, deixando em liberdade responsáveis por atos de grilagem de terra.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que, no sepultamento da missionária, várias pessoas disseram que ela não estava sendo enterrada, mas “plantada para, com sua energia, mudar o Brasil”.

Sibá condena a ação de "maus empresários"

Num discurso emocionado, o senador Sibá Machado (PT-AC) sustentou ontem que os “maus empresários rurais” não podem desafiar o poder público no Pará, assassinando pessoas que lutam pela distribuição de terras. Para ele, “o desenvolvimento da Amazônia não pode ter rastro de sangue”.

Sibá mostrou fotografias de um assentamento em Anapu (PA), em 1984, onde ele aparece com a irmã Dorothy Stang, morta no último fim de semana.

– No dia desta fotografia, foram disparados tiros contra os trabalhadores e eles já miravam a irmã Dorothy – disse. Na época, Sibá era delegado sindical no Pará e só depois se mudou para o Acre, onde foi eleito senador.

A decisão do governo de enviar cerca de 2 mil soldados do Exército para as regiões de conflito agrário na Amazônia foi aplaudida por Sibá. Ele informou ter participado de reunião com o vice-presidente



APLAUSO Envio de soldados do Exército para regiões de conflito na Amazônia foi elogiado por Sibá

José Alencar sobre as providências do governo para levar paz ao interior do Pará e que saiu convicto de que as decisões tomadas estão corretas.

Flexa Ribeiro responsabiliza governo federal

Ao fazer seu primeiro discurso em Plenário, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o governo do Pará no episódio que resultou na morte da missionária norte-americana Dorothy Stang. Flexa Ribeiro assumiu a vaga do senador Duciomar Costa (PTB), que renunciou para tomar posse na prefeitura de Belém.

De acordo com o parlamentar, se há responsabilidade governamental no episódio é do governo federal, ao qual pertence a jurisdição da área em que foi cometido o crime – Anapu. O governo do Pará



COMPROMISSO Governo do Pará atendeu reivindicações de segurança, afirma Flexa Ribeiro

teria atendido reivindicações de segurança apresentadas por entidades do município:

Oito senadores acompanharão investigações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem a criação de comissão externa, composta por oito senadores, para acompanhar as investigações sobre a morte da missionária norte-americana Dorothy Stang. Naturalizada brasileira, Dorothy foi assassinada a tiros no último dia 12, na cidade de Anapu, no Pará. A religiosa trabalhava havia 20 anos na região, em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e do meio ambiente.

– É um crime brutal, covarde e hediondo, que, se não for elucidado a tempo, vai deturpar a imagem do Brasil no exterior – afirmou Renan.

A comissão será presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) e terá como integrantes Eduardo Suplicy (PT-SP), Fátima Cleide (PT-RO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Luiz Otávio (PMDB-PA), Demostenes Torres (PFL-GO), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Sibá Machado (PT-AC).

Os senadores acompanharão, como observadores, as investigações que estão sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Pará. Eles apresentarão em 30 dias um relatório circunstanciado sobre o assassinato. A primeira reunião da comissão está marcada para hoje.

Relevância

Renan destacou que se trata de uma comissão importante, que já havia sido acertada com o ex-presidente do Senado, José Sarney, para acompanhar a apuração do crime, que ganhou repercussão nacional e internacional.

– Confiamos na Polícia Federal e no governo do estado do Pará. Vamos acompanhar as investigações, esperando que o crime seja rapidamente esclarecido e os culpados exemplarmente punidos – concluiu Renan Calheiros.

O senador Eduardo Suplicy, que esteve presente no enterro da religiosa norte-americana, em Anapu, cumprimentou a iniciativa do presidente do Senado.

Mozarildo elogia viagem de Lula a países vizinhos

■ Para senador, visita à Venezuela, Suriname e Guiana marca início da integração do país com o continente

O líder do PTB, senador Mozarildo Cavalcanti (RR), elogiou a iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de visitar Venezuela, Suriname e Guiana, países do norte da América do Sul.

– Com essa viagem, começamos de maneira firme a fazer a integração do Brasil com os demais países sul-americanos.

Para Mozarildo, o presidente Lula acertou quando, em seu discurso, disse que a saída para o desenvolvimento da América do Sul não está na América do



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ESFORÇO Mozarildo Cavalcanti aplaude iniciativa do presidente da República em buscar parcerias

Norte ou na Europa, mas no próprio continente, com todos os países “prestigiando uns aos outros”, no comércio e em parcerias.

Referindo-se às fronteiras de seu estado, o senador lembrou

também que uma parte de Roraima está “encravada” dentro da Venezuela e outra parte na Guiana. Mesmo assim, salientou, o comércio do Brasil com esses países “é pífio”.

– Fiquei entusiasmado quando o presidente Lula tratou da venda de aviões para a Venezuela, na busca de parcerias mais efetivas com nossos vizinhos – afirmou, mencionando a suposta oposição dos Estados Unidos à exportação de aviões brasileiros ao país vizinho. Mozarildo lembrou que Roraima compra energia elétrica da Venezuela.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a iniciativa do discurso, acrescentando que o norte da América do Sul é de grande importância para todo o continente.

Hélio Costa apela em favor de refém brasileiro no Iraque

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) comunicou ontem, ao Plenário, ter apresentado requerimento dirigido às lideranças políticas iraquianas, do governo e da oposição, solicitando manifestação de apoio à libertação do engenheiro João José Vasconcelos Júnior, seqüestrado no Iraque no dia 19 de janeiro passado.

Ele ressaltou que João Vasconcelos é “um profissional queridíssimo” em Juiz de Fora. Sua família, afirmou, está em permanente contato com o Ministério das Relações Exteriores, “que tem dado toda atenção e toda cobertura para o retorno do engenheiro, são e salvo”.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP), ainda presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, disse

que somava sua voz e a da comissão ao requerimento apresentado por Hélio Costa. Suplicy convidou os senadores a participarem de manifestação que se realizará sábado, às 14h, na capital paulista, com o propósito de reunir a comunidade árabe brasileira para solicitar aos que seqüestraram o engenheiro João José no Iraque que o libertem.

Carga tributária

Hélio Costa voltou a criticar a Medida Provisória 232/04, que elevou a carga de impostos das prestadoras de serviços e dos produtores rurais, entre outras alterações na área tributária. Ele destacou que há um consenso nacional contra a medida, “que se constitui em uma verdadeira ameaça às empresas prestadoras de serviço”.

– Se juntarmos quatro ou



SOCORRO Hélio Costa quer apoio das lideranças iraquianas à liberação do engenheiro João José Vasconcelos Júnior

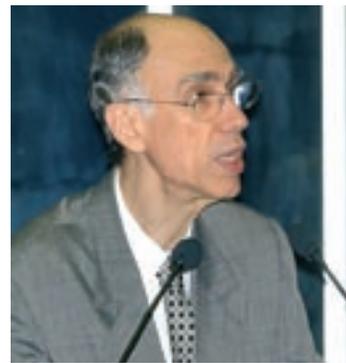
cinco bancos brasileiros, veremos que eles tiveram cerca de R\$ 12 bilhões de lucro em 2004. No entanto, as instituições financeiras pagam menos impostos do que as prestadoras de serviço – disse Hélio Costa. Ele argumentou que a medida provisória onera as prestadoras, diminuindo o mercado de trabalho e dificultando a sobrevivência de muitas empresas, principalmente as que estão no interior do país.

Saturnino lamenta morte de Leonel Trotta

A Mesa diretora do Senado Federal vai encaminhar voto de pesar à família do ex-vereador do Rio de Janeiro Leonel Trotta Dallalana, que faleceu naquela capital no dia 13 de fevereiro. O requerimento foi apresentado pelo senador Roberto Saturnino

(PT-RJ) – foto –, que enalteceu, em discurso na tarde de ontem, as qualidades do político carioca.

– De grande categoria moral e estofo ético, Leonel Trotta foi um dos políticos mais honrados com os quais já trabalhei – afirmou o parlamentar.



MOÇÃO Por requerimento de Marco Maciel, Senado encaminhará voto de pesar à família do músico

Maciel exalta obra do cantor e compositor Bezerra da Silva

A pedido do senador Marco Maciel (PFL-PE), o Senado enviará à família do cantor e compositor Bezerra da Silva voto de pesar por seu falecimento, ocorrido em 17 de janeiro último.

Ao justificar seu requerimento, o parlamentar resumiu a biografia de Bezerra, nascido no Recife em 1927. Ainda adolescente, partiu para o Rio

de Janeiro, onde sobreviveu trabalhando na construção civil, enfrentando grandes dificuldades.

– Ele dizia que morava andando, porque não tinha um barraco para descansar – afirmou.

Maciel disse que Bezerra da Silva sempre manteve sua elegância e seu “característico boné”. Destacou que o compositor ficava triste quando se confundia malandro com bandido. E lembrou que o dicionário dá duas acepções para malandro: a do bandido e a do indivíduo inteligente, arguto e adepto da vida boêmia.

O senador citou trechos da canção *Malandro é Malandro e Mané é Mané*, na qual o compositor afirma que malandro “é o cara que sabe das coisas, é o cara que sabe o que quer”. Informou que Bezerra gravou seu primeiro disco em 1969 e, ao longo da carreira, teve mais de 3 milhões de cópias vendidas. Salientou ainda que ele era um “compositor de letras satíricas emolduradas por ricas melodias” e que sua obra motivou uma tese de doutorado e um filme de curta metragem.

Maria do Carmo reassume vaga e prioriza apoio às minorias

A senadora Maria do Carmo (PFL) reassumiu a vaga pelo estado de Sergipe. Ela retorna após licenciar-se para ocupar a Secretaria de Combate à Pobreza em seu estado.

No Senado, a parlamentar promete concentrar esforços nos debates relacionados à transposição do Rio São Francisco e na questão da mulher, bem como na defesa das minorias. Maria do Carmo apre-



FOCO Maria do Carmo também promete empenho nos debates sobre transposição do São Francisco

sentou proposta de emenda à Constituição para estender o direito de licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças.



José Cruz

